

# A EUROPA 92 E SUAS RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Franklin Trein\*

## 1 - Introdução

Nosso ponto de partida para a análise das repercussões da formação da Comunidade Européia (CE) sobre a América Latina é que a conjuntura internacional adquiriu um ritmo muito rápido em suas mudanças, nestes últimos anos. Tanto os políticos, co-protagonistas dos acontecimentos, como os analistas, todos foram apanhados de surpresa. Não houve previsão possível sobre os fatos que estamos assistindo hoje, e parece não haver um suficiente domínio sobre as direções que os acontecimentos podem tomar no espaço geopolítico de cada uma das regiões do Planeta. A Europa Central, de um lado, e a América Latina, de outro, são dois casos exemplares dessas mudanças.

Há pouco mais de um ano, não havia qualquer ambigüidade na expressão Europa Unificada (Serv. Impr. Inf.). Hoje, no entanto, ela é imprecisa, presta-se a diferentes compreensões, que refletem, cada uma, a indefinição da realidade européia em si mesma.

Quando foi assinada a Ata Única Européia, em 1985, estava claro, tanto para os 12 países signatários como para os seus vizinhos e para o resto do Mundo, que a unificação da Europa dizia respeito àqueles países que integravam a Comunidade Econômica Européia (CEE)<sup>1</sup>. Agora, sabemos todos, europeus e não europeus, que, embora os objetivos da "Europa 92" permaneçam plenamente válidos, a unidade européia não pode continuar a ser pensada somente em termos dos integrantes da CEE.<sup>2</sup>

Por igual razão, ao considerarmos as repercussões dessa nova realidade sobre a América Latina, temos de levar em conta um processo muito mais amplo e complexo do que aquele constituído pela formação de uma comunidade restrita aos países integrantes do Conselho Europeu<sup>3</sup>.

---

\* Filósofo, Doutorado pela Universidade de Berlim.

<sup>1</sup> Integram a Comunidade Econômica Européia os seguintes países: Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e República Federal da Alemanha.

<sup>2</sup> Informes divulgados na imprensa sobre a reunião especial de cúpula, que teve lugar em Dublin, no dia 28 de abril de 1990, dão conta de que foram discutidas medidas que garantirão a sustentação dos compromissos firmados na Ata Única, apesar das transformações ocorridas na Europa Ocidental.

<sup>3</sup> O Conselho Europeu está constituído pelos chefes de Estado ou de governo dos 12 países integrantes da CE, mais o presidente da Comissão Européia.

Se a análise das relações entre a América Latina e a "Europa-92" não era uma tarefa simples, agora, com as dimensões que poderá vir a assumir a grande "Casa Européia"<sup>4</sup>, vemo-nos diante de um cenário que não nos permite muito mais do que a especulação em torno de algumas hipóteses.

## 2 - Um pouco de História

Depois da derrubada do Muro de Berlim, diz-se que a história da Europa mudou. Mesmo assim, o futuro das relações do Velho Continente com a América Latina não deverá fugir de alguns parâmetros que as caracterizaram no passado, pelo contrário, talvez elas venham a tomar, exatamente agora, as suas formas mais definitivas e transparentes.

Desse modo, retomar determinados temas que marcaram as relações entre a Europa e a América Latina em períodos anteriores poderá auxiliar-nos a entender o presente e a antever o que nos reservam os tempos que estão por vir.

Apesar da violência que marcou o processo de independência dos países latino-americanos, a Europa tratou sempre de convencer suas ex-colônias de que elas tinham uma posição importante frente aos seus interesses. A América Latina, por seu lado, aceitou de bom grado a retórica dos europeus (Trein, 1988), e, se assim o fez, foi por entender que um relacionamento privilegiado com as metrópoles poderia significar melhores perspectivas para a sua participação na comunidade internacional.

O curso da História, no entanto, cuidou, muito cedo, de negar a pretendida posição de destaque da América Latina junto aos europeus, e hoje, decorridos mais de um século de independência de seus Estados nacionais, ela ainda não conseguiu superar o subdesenvolvimento e construir sua própria soberania. Para a Europa, a região latino-americana não passou jamais de uma parte do Terceiro Mundo que, de fato, em nada se distinguiu de outras áreas periféricas, submetidas a formas sempre renovadas de colonialismo. Talvez o que mais tenha despertado a atenção dos europeus para a América Latina tenha sido a contingência de dever reconhecê-la como pertencente ao espaço geopolítico reivindicado pelos Estados Unidos.

A relativa aproximação entre a América Latina e a Europa nas décadas de 60 e 70 não foi das mais entusiasmantes para os latino-americanos, pois, não por coincidência, ela esteve marcada pela presença de governos militares e pelo início do crescimento desregrado do endividamento externo de quase todos os países do Continente. As esperanças da América Latina, de que o retorno a uma ordem democrática pudesse servir de atrativo para uma Europa tão zelosa de seus princípios liberais, desfizeram-se

---

<sup>4</sup> A expressão "Casa Européia" foi usada inicialmente por M. Gorbachev, quando, em resposta às especulações no Ocidente sobre o futuro das alianças militares, OTAN e Pacto de Varsóvia, propôs uma conferência internacional sobre a paz e a cooperação para toda a Europa. Pouco depois, o Presidente F. Mitterrand passou a se referir com frequência à "Casa Européia", como símbolo de entendimento entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental em seu presente processo de transformação.

rapidamente. Pelo contrário, as ressurgentes democracias latino-americanas tiveram de defrontar-se de imediato com a grave crise de economia internacional e com as grandes dificuldades herdadas do endividamento externo, duas circunstâncias que, mais do que quaisquer outras, vêm sendo determinantes de todo o relacionamento com a Europa. Não houve por parte dos europeus qualquer benevolência e, menos ainda, solidariedade nesses anos críticos;<sup>5</sup> o tratamento recebido pela América Latina não teve atenuantes nem mesmo ao longo dos repetidos encontros em nome do diálogo Norte-Sul. O melhor exemplo disso foram as discussões bilaterais sobre a dívida no âmbito do Clube de Paris (Trein, 1987).

As mudanças nas relações tradicionais entre a América Latina e os Estados Unidos na década de 80 não foram suficientes para provocar alterações no comportamento dos europeus. A única exceção pode ser creditada, em parte, à região do Caribe e à América Central, em especial à Nicarágua, que, por circunstâncias da própria Europa, atraiu a atenção de setores liberais e sociais-democratas do Velho Continente.

De modo geral, a América Latina continuou a ser para os europeus a área cativa do espaço hegemônico norte-americano estabelecido nos anos 40 e 50.

Nestas quase quatro décadas desde a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA),<sup>6</sup> embrião da Comunidade Européia (CE) de hoje, persistiu uma mesma unidade de comportamento dos países da Europa com relação aos latino-americanos, tanto nas relações bilaterais como nas multilaterais. Não podemos afirmar que o desenvolvimento da Comunidade enquanto tal tenha trazido mudanças substanciais para as relações entre os dois Continentes, nem mesmo quando os países da Península Ibérica dela passaram a fazer parte; pelo contrário, a CE como um todo, com freqüência, reproduz o comportamento neocolonialista típico de seus países frente às suas ex-colônias.

Nesse sentido, o que podemos verificar é que a América Latina vem se tornando cada vez menos relevante para a Europa, o que não impede que, inversamente, a Europa tenha crescido em importância para a América Latina.

### 3 - As relações comerciais entre as duas regiões

Se considerarmos as relações entre a Europa e a América Latina restritas ao comércio, observaremos que o que as tem caracterizado é a permanente diminuição de

<sup>5</sup> Na recente rodada de negociações do GATT, em Montevidéu, a CEE reivindicou importantes mudanças nos mecanismos que permitem aos países em desenvolvimento imporem restrições às suas importações quando enfrentam problemas de balanço de pagamentos.

<sup>6</sup> Em 09 de maio de 1950, o então Ministro de Relações Exteriores da França, Robert Schumann, em nome do governo francês, propôs a criação de uma associação para a produção e o consumo de carvão e de aço na forma de uma organização européia entre a França e a República Federal da Alemanha. O Tratado de Paris, assinado em 18 de abril de 1951, instituiu a CECA, que contou com a adesão de mais quatro países, ou seja, a Bélgica, a Holanda, a Itália e Luxemburgo.

seu volume, sendo que, nas últimas três décadas, seus valores se reduziram à metade. Esse fenômeno é mais significativo ainda se atentarmos para o fato de que a economia européia tem sido aquela que, em âmbito internacional, tem revelado uma maior capacidade de traduzir seu crescimento em fator de dinamização do comércio exterior (Furtado, 1982).

A participação da CE no comércio externo da América Latina representava, em 1970, 29,7% das exportações e 24,9% das importações. Em 1984, esses valores haviam caído para 18,0% e 14,4% respectivamente. Se tomarmos o sentido inverso do fluxo comercial, temos, então, o seguinte quadro: em 1970, as exportações latino-americanas representavam 2,9% para o mercado comunitário, e as importações, 3,7%; em 1984, os novos valores eram 1,5% e 3,0% na mesma ordem (Rocha, 1989).

A observação da variação das taxas de crescimento das trocas comerciais entre as duas regiões pode ser ainda mais expressiva do que os dados já mencionados.

#### Quadro 1

Médias anuais das taxas de variação das exportações da CE para a América Latina — 1970-87

1970-75	1975-80	1980-87
19,2%	13,1%	2,3%

FONTE: TREIN, Franklin (1988). Relaciones comerciales y flujos de capitales entre America Latina y Europa Occidental. Montevideo. (mimeo). p.3-4.

#### Quadro 2

Médias anuais das taxas de variação das importações da CE provenientes da América Latina — 1970-87

1970-75	1975-80	1980-87
12,8%	19,0%	2,8%

FONTE: TREIN, Franklin (1988). Relaciones comerciales y flujos de capitales entre America Latina y Europa Occidental. Montevideo. (mimeo). p.3-4.

Esses índices mostram muito bem a tendência acentuada de declínio nas relações comerciais entre as duas regiões, especialmente na década de 80. O Brasil, como o país latino-americano de maior volume de trocas com a Comunidade, detinha, em 1985, 0,32% de suas exportações e era fonte de 2,53% das importações comunitárias. A tendência desses percentuais também foi e continua a ser declinante. Se assumirmos a perspectiva inversa, verificaremos que, em 1987, a CE representava nada menos do que 24,8% de todo o comércio exterior brasileiro (Econ. Relat. Bet. Eur. Com. Lat. Am., 1987). A simples comparação desses dados é suficiente para revelar a assimetria na importância relativa que o Brasil tem para a Comunidade e vice-versa; isso se considerarmos somente o comércio de mercadorias. Enquanto o Brasil encontra-se alinhado entre os últimos na lista dos mercados da CEE, esta vem em segundo lugar, logo após os Estados Unidos, na ordem da importância para o mercado externo brasileiro. Tal desproporção, que se acentua muito mais se levarmos em conta os serviços, as inversões diretas e outros fluxos de capitais, não tem sido motivo de qualquer atenção especial por parte dos europeus para com o Brasil, tendo em vista a situação crítica que atravessa a economia brasileira. Se o Brasil tem uma balança comercial superavitária com a CE, isto se deve muito mais a esforços contingentes para gerar dólares através de volumes crescentes de exportações e de limitações de recursos para as importações, do que a interesses próprios de uma economia que deve buscar um desenvolvimento rápido e equilibrado, com uma inserção no mercado internacional proporcional ao seu tamanho.

Um outro exemplo significativo do que têm sido as relações entre a Comunidade e a América Latina está configurado no comércio de produtos agrícolas entre as duas regiões.

É fato notório que a América Latina tem sido, desde o período colonial, uma exportadora de produtos primários. Na última década, os produtos agrícolas passaram a representar, aproximadamente, 79% das vendas latino-americanas à CE. Porém, não só por causa das mudanças do comércio internacional, que envolveram outras regiões, mas em boa medida em consequência da Política Agrícola Comum (PAC)<sup>7</sup> e por conta dos sucessivos Acordos de Lomé<sup>8</sup>, os produtos da pauta de exportação latino-americana

---

<sup>7</sup> A Política Agrícola Comum (PAC) foi aquela que exigiu maiores esforços para a sua definição e permanente aperfeiçoamento, bem como maiores recursos para sua implementação entre todas as já acatadas pela Comunidade. A PAC nasceu em janeiro de 1962, fundada nos seguintes princípios: contribuir para a efetiva realização do mercado único comunitário, conquistar preços únicos para a maioria dos preços agrícolas, garantir aos agricultores condições de vida e bem-estar comparáveis às dos trabalhadores nos centros urbanos, assegurar preferência aos produtos agrícolas comunitários e desenvolver a solidariedade financeira entre todos os países da CE para com o setor agrícola, através da criação de um Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).

<sup>8</sup> Os Acordos de Lomé, firmados pela primeira vez em 1975 e desde então renovados a cada cinco anos, regulamentam a cooperação da CE e de seus Estados-membros com numerosos países da Ásia, do Caribe e do Pacífico (os países ACP). Pelos termos dos acordos, os 66 países beneficiados têm garantias de isenções e garantia de direitos aduaneiros exclusivos na exportação de suas mercadorias para a CE, além de estar proibida a aplicação de restrições quantitativas, exceção feita a alguns poucos produtos agrícolas, por parte dos Estados-membros da CE. Pelo sistema conhecido por Stabex, determinadas matérias-primas, consideradas de grande importância para os respectivos países exportadores, estão protegidas de grandes oscilações negativas nos preços do mercado internacional. Os Acordos de Lomé determinam

vêm sofrendo crescentes restrições. As ponderações levantadas pela América Latina nas reuniões bilaterais, ou mesmo junto à Comissão em Bruxelas, não obtiveram praticamente nenhum resultado significativo.<sup>9</sup> No caso dos cereais, a Comunidade deixou de ser, nos últimos anos, um mercado consumidor para passar a ser concorrente em diversos produtos. No caso da carne, o exemplo é ainda mais grave: houve uma inversão de posições, o mercado latino-americano passou de fornecedor permanente a consumidor esporádico do produto europeu.

Entre 1978 e 1985, as exportações de produtos agrícolas da Comunidade aumentaram 5%, em valores acumulados, e suas importações, 36%; porém, internamente, no mesmo período, seu comércio cresceu mais de 100% (B. Eur., 1986). Em outros termos, a CE ganhou em auto-suficiência. Nesse caso, graças à sua política para a produção de alimentos, que vem sendo sustentada pelos princípios que constituíram a PAC.

A PAC teve conseqüências diretas sobre a pauta de exportações da Argentina, do Chile, do Peru e do Uruguai, provocando redução de, aproximadamente, 50% em suas vendas para a CE entre 1970 e 1986. Os Acordos de Lomé, por sua vez, foram responsáveis por reduções nas exportações de açúcar, café e cacau, todos produtos importantes para o comércio exterior latino-americano (Econ. Relat. Bet. Eur. Com. Lat. Am., 1987).

A PAC foi responsável pela reestruturação tanto da produção como do comércio de produtos agrícolas dentro da Comunidade. Ela definiu uma estrutura de proteção baseada em restrições tarifárias e não tarifárias, que vem funcionando como uma barreira de difícil transposição para produtos oriundos da América Latina. Os Acordos de Lomé, com as conhecidas cláusulas de contingência e de mercados mais favorecidos, privilegiam produtos das regiões ACP, em detrimento do comércio tradicional com os latino-americanos.

Com respeito ao comércio de produtos industrializados, a situação não é melhor. Embora, nesse caso, não tenham sido adotadas pela Comunidade medidas correspondentes à PAC, outros fatores concorreram para as dificuldades que as exportações da América Latina vêm enfrentando, especialmente nos últimos 15 anos. O primeiro, e talvez o mais significativo deles, foi a evolução tecnológica, em particular nas áreas de informática e química — a América Latina não conseguiu acompanhar a renovação ocorrida nos países desenvolvidos e mesmo em outras regiões, como nos países do Extremo Oriente. Um segundo fator de dificuldades para a presença dos produtos latino-americanos no mercado internacional tem sua origem na produção industrial dita

---

que a CE deve manter um fundo especial para assegurar um volume médio de receita, por conta da exportação de determinado produto de um dos países ACP, caso os preços internacionais não permitam atingir o volume de negócios previsto. Desde o Acordo de Lomé II, em 1979, o chamado sistema Sysmin serve para subsidiar o setor de minérios dos países ACP. Por conta desse sistema, qualquer país ACP pode solicitar junto à CE um auxílio, que deverá ser reembolsado mais tarde, para atender a eventuais conjunturas negativas, seja por queda dos preços internacionais, perturbações na capacidade produtiva, seja, ainda, devido a outras razões.

<sup>9</sup> Consultando-se a documentação oficial da Comissão Européia para as relações com terceiros países, surpreendem as poucas referências feitas à América Latina, quando comparadas às outras regiões do Terceiro Mundo.

tradicional, onde o atraso relativo não permitiu acompanhar ganhos em custo de produção e qualidade dos produtos. Tal situação revela-se, em parte, através de dados que nos dizem que, em 1981, 50% dos equipamentos eletroeletrônicos para escritório, vendidos no mercado internacional e com fabricação em países não desenvolvidos, tinham origem na Ásia, isto é, na Coréia do Sul, Hong-Kong, Formosa e Cingapura. No que se refere aos equipamentos de telecomunicações, a participação desses países era de 54%, e, a aparelhos eletrodomésticos, de 63%. Na mesma época, o país de maior destaque na América Latina como exportador desses produtos, o Brasil, não conseguiu um índice superior a 4% para o conjunto deles. A Argentina e o México, segundo e terceiro colocados respectivamente, não obtiveram uma participação no mercado mundial que chegasse a 1% (Kürzinger, 1986).

Na verdade, o que ocorreu foi o acirramento de uma contradição que esteve sempre presente no comportamento dos países desenvolvidos. A CE, apesar de sua retórica sobre a liberdade de comércio, diante das sucessivas crises econômicas dos anos 70 e início dos 80, adotou práticas cada vez mais protecionistas. Em conseqüência, ergueram-se barreiras cada vez maiores para a entrada de matérias-primas, produtos agrícolas, semimanufaturados, têxteis, siderúrgicos e outros, nos quais a América Latina detinha vantagens comparativas. A economia latino-americana, de seu lado, não foi capaz de reagir positivamente diante da nova realidade. Seus prejuízos foram enormes, e, segundo a Secretaria Permanente do SELA<sup>10</sup>, entre 1980 e 1987, enquanto os preços reais de suas exportações caíam 30%, os preços dos produtos com origem nos Estados Unidos caíam 12%, e aqueles com origem na CE mantinham-se praticamente inalterados (SELA, 1988).

Mecanismos como esses e mais os compromissos da dívida externa, de um lado, e as conseqüências da redução dos fluxos financeiros para a América Latina, na forma de créditos ou de investimentos diretos, de outro, levaram a economia latino-americana a sofrer considerável descapitalização nos últimos anos. A situação agravou-se ainda mais a partir de 1985, quando a América Latina se tornou uma exportadora líquida de capitais em montantes que se contam em dezenas de bilhões de dólares anuais (Trein, 1988).

Um outro elemento deve ser levado em consideração no sentido de uma melhor caracterização ainda das relações entre a CE e a América Latina: os créditos às exportações. Estas, como sabemos, expressam, de algum modo, o interesse dos prestamistas no relacionamento com os prestatários. No biênio 1980-81, os créditos para as exportações latino-americanas, fornecidos pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, do qual a Comunidade faz parte, somavam US\$ 5.894 milhões. Passados três anos, no biênio 1984-85, esses créditos chegaram a apenas US\$ 703 milhões. Se considerarmos, porém, a CE como única fonte de recursos dentro do Comitê e compararmos a participação da América Latina na distribuição destinada às três grandes regiões do Terceiro Mundo, então os valores serão ainda mais contundentes, expressando a pouca relevância que a Comunidade atribui às relações com os mercados

<sup>10</sup> Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). A Secretaria Permanente do SELA tem sede em Caracas, na Venezuela.

latino-americanos. Em 1985, a CE repartiu seu financiamento às exportações de acordo com os seguintes valores: 49,3% para a África; 37,7% para a Ásia e a Oceania; e 14,2% para a América Latina (Econ. Rel. Bet.Eur. Com. Lat. Am., 1987).

## 4 - O futuro das relações com a América Latina

Até aqui o objetivo foi apresentar, em grandes linhas, as condições dentro das quais têm se desenvolvido as relações entre a CE e a América Latina. Os limites aos quais deve se ater este trabalho não permitem continuar a análise de outros elementos que nos poderiam instruir mais sobre essa questão. Só para exemplificar, ainda poderíamos trazer para a discussão o Acordo Multifibras (de 1973, 1978, 1982) e várias outras resoluções sobre comércio internacional adotadas pelo GATT nos últimos anos, ou então alguns desdobramentos das negociações da dívida externa latino-americana no Clube de Paris, todas igualmente expressivas, a nosso juízo, do pouco cuidado e do pouco apreço dedicado pela Comunidade aos interesses da América Latina.<sup>11</sup>

Tratar do futuro das relações entre as regiões latino-americana e européia implica considerarmos não só a sua realidade, mas uma esfera mais ampla de condicionantes que, infelizmente, não amenizam a gravidade da situação. Referimo-nos a horizontes que se abrem ao redor da CE, em várias direções, ampliando os limites de sua influência e de sua atuação, de modo que, ao final, englobam todo o continente europeu.

Seguindo por partes, teríamos de iniciar com a Comunidade em sua trajetória de unificação, considerando que ela concluirá mais uma etapa importante em 1992. Assim, a primeira observação que se impõe é a de que a integração entre os países da CE, além de suas dimensões social e política, vem se dando de forma mais significativa no plano econômico. As trocas comerciais entre si revelam índices sempre crescentes, e as importações passaram de 48% em 1970 para 58,7% em 1987, quando comparadas com suas importações globais; as exportações, por sua vez, passaram de 50% para 58,5% no mesmo período, considerando-se também o total de suas exportações. Em contrapartida, entre 1981 e 1986, o comércio com os países em desenvolvimento diminuiu em 25% o seu valor (Rocha, s.d.).

Em outras palavras, a unificação da Comunidade é sinônimo de exclusão para outras regiões, uma vez que sua integração tem como suposto uma crescente complementaridade entre as economias dos países-membros, o que resulta em auto-suficiência, em independência com relação a outros mercados. Esse processo não diz respeito somente ao auto-suprimento de uma maior diversidade de produtos, mas, ainda, a um incremento tecnológico e de produtividade que fica cada vez mais difícil de ser acompanhado pelos países do Terceiro Mundo. A marginalização a que estes são levados decorre tanto da impossibilidade de apresentar produtos com qualidade equi-

<sup>11</sup> Sobre aspectos como estes das relações entre a CE e a América Latina, detivemo-nos mais no trabalho *Relaciones Comerciales y Fluxos de Capitales entre América Latina y Europa Occidental* (Trein, 1988).



valente, quanto da perda das tradicionais vantagens comparativas que sustentaram suas trocas internacionais em décadas passadas.

Assim, o aumento do intercâmbio ocorrido entre a CE e outras regiões, nos últimos anos, privilegiou somente países desenvolvidos. Um exemplo interessante nesse sentido tem sido o comportamento das relações da Comunidade com os países da Associação Européia de Livre Comércio (AELC), que congrega a Áustria, a Finlândia, a Islândia, a Noruega, a Suécia e a Suíça.

Embora o conjunto dos países da AELC não tenha uma população superior à da Argentina, isto é, 31 milhões de habitantes, por deter uma renda "per capita" média de US\$ 14.733,00, constitui um mercado potencial considerável. Isso permitiu que nos anos 80 ocorresse uma significativa intensificação das relações entre a CE e a AELC. Hoje, a Associação já destina 50% de suas exportações para a Comunidade e supre 30% de suas importações nos mercados comunitários (Mello, 1990). O comércio bilateral entre a Comunidade e a Associação somou US\$ 220 bilhões em 1988.

A evolução das relações foi tão expressiva que, a partir da teoria dos círculos eurocêntricos, tão bem retomada pelo Presidente da Comissão Européia, Jacques Delors, passou a ser tema de primeira importância a hipótese de uma maior aproximação ainda entre a CE e a AELC, com vistas à formação do chamado Espaço Econômico Europeu (EEE). Esse conjunto de 18 países não só dará maior solidez e unidade à Europa Ocidental, como permitirá que os europeus possam enfrentar melhor a integração de novas áreas em seus horizontes, as quais não se limitarão mais às fronteiras negociadas em Jalta, em fevereiro de 1945, senão que se abrem agora até os Urais.

Se os países da AELC, em princípio, não concorrem com os produtos tropicais da América Latina, no entanto são imbatíveis quando se trata de artigos que vão dos semi-industrializados até os de alta tecnologia.

O Espaço Econômico Europeu não significa abrir a Comunidade para o ingresso em bloco daqueles seis países, implica, porém, um grau de integração consideravelmente maior do que o já existente e que abrangerá a abertura de fronteiras para a livre circulação de bens, capitais, serviços e pessoas, ficando excluídos somente os produtos agrícolas. A data para a constituição da EEE já está marcada: início de 1993, quando a CE entra em sua nova etapa de integração.

Na verdade, a "Europa-92" tornou-se menos relevante frente aos acontecimentos no Leste Europeu. Entre os países que compunham o bloco soviético é que se abre agora a grande incógnita a respeito do que será a comunidade internacional depois de estabilizado o processo de integração daqueles territórios a uma ordem econômica regida por leis de mercado.

É dispensável especularmos aqui sobre as tendências passíveis de desenvolvimento de uma nova estrutura de organização da economia, do Estado e da sociedade civil na Europa Oriental. Interessa-nos muito mais considerarmos as reações da Europa Ocidental diante da hipótese de ter toda aquela vasta região incluída em seu novo espaço geopolítico.

Antes de mais nada, devemos entender que os acontecimentos que estamos presenciando, com maior ou menor surpresa, dizem respeito não somente à história de nossos dias, senão que mexem com uma herança que remonta há vários séculos. As questões de fronteiras, etnias, culturas e línguas, que fervilham por debaixo das

mudanças econômicas e políticas, estão presentes na história da Europa desde sempre. Igualmente, poderíamos afirmar que, pelo menos a partir de 1815, a ordem de todo o continente europeu esteve na dependência direta de quem era o aliado e de quem era o inimigo de Berlim. Viena, Moscou, Paris e Londres viveram momentos de guerra ou de paz a partir dos laços estabelecidos por Berlim com seus aliados eventuais, alianças que se traduziam em eixos de força desde o centro da Europa. Hoje, Berlim é novamente o centro, mais do que Moscou, embora a "perestroika" tenha tido origem no Kremlin.

Os historiadores, principalmente, poderão advertir-nos sobre as reações da Europa Ocidental nesse caso, já que elas estão marcadas não só por fortes heranças históricas, mas também por sentimentos e paixões. Na verdade, são esses os elementos fundamentais que compõem o pano de fundo sobre o qual se busca objetividade e consonância de atos que devem, no presente, resolver não só o que está na ordem do dia — a paz e a defesa dos princípios do liberalismo —, mas, ainda, conciliar um passado marcado pela guerra e todas as suas conseqüências.

A partir desses parâmetros, o Leste é visto pelos europeus ocidentais como uma enorme oportunidade para os seus negócios.<sup>12</sup> Assim, repete-se mais uma vez na história moderna a coordenação de ações privadas e públicas no sentido de assegurar o melhor desenvolvimento para os interesses do capital. A CE, que já vem entregando consideráveis somas de recursos a título de ajuda à Polônia e à Hungria, propõe-se agora a estender sua ajuda a outros cinco países da Europa Oriental. O governo italiano sugere até que um auxílio emergencial de alguns bilhões de dólares,<sup>13</sup> para liberação imediata, seja organizado, enquanto não se torna operacional o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)<sup>14</sup>. O Banco é o resultado de uma associação de 40 países e já tem um capital inicial definido de 10 bilhões de ECUs (equivalentes a US\$ 12 bilhões).

A República Federal da Alemanha calculou que serão necessários DM 60 bilhões para que a economia da República Democrática possa estruturar-se de modo a se equiparar ao desenvolvimento ocidental. O Chanceler Helmut Kohl declarou que esses

---

<sup>12</sup> Diariamente, os principais jornais ocidentais noticiam sobre novos e vultosos negócios entre empresas privadas e governos ou empresas governamentais na Europa Oriental. Para exemplificar, citamos a Agência Reuters, que, em 13.12.89, divulgou a informação de que setores especializados da indústria de telecomunicações no Ocidente estimavam que seus negócios no Leste Europeu chegariam a US\$ 130 bilhões nos próximos 10 anos.

<sup>13</sup> Segundo informação sob a responsabilidade de A. Fischer no **Financial Times**, o Ministro de Relações Exteriores da Itália propôs à CE que sejam destinados US\$ 15 bilhões por ano para ajudar a Europa Oriental. Ainda de acordo com o que declarou o Ministro Michelis, esse valor deveria ser considerado não um custo, mas um investimento em uma região que está ingressando em um sistema econômico de mercado. As declarações do Ministro Michelis, em 19.03.90, foram feitas por ocasião da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

<sup>14</sup> A proposta de criação do BERD é do Presidente francês François Mitterrand e foi lançada em outubro de 1989, em Estrasburgo. A primeira reunião em torno do tema aconteceu em Paris, entre 15 e 16 de janeiro de 1990, com a presença de representantes de 34 países de todo o Mundo, em especial do Hemisfério Norte. As primeiras divergências sobre o BERD põem, de um lado, o Presidente Bush e a Primeira-Ministra Thatcher, que querem o banco financiando somente a iniciativa privada, e, de outro, o Presidente Mitterrand, que deseja vê-lo sustentando também obras de infra-estrutura.

recursos podem ser imediatamente alocados, na base de US\$ 8,8 bilhões a US\$ 11,8 bilhões anuais. O Banco Mundial também acaba de anunciar recursos imediatos para a região da ordem de US\$ 5 bilhões.<sup>15</sup>

Paralelamente, no setor privado, são inúmeras as ações no sentido de favorecer as transformações das economias dos países que fizeram parte do bloco socialista. Desde o extremo da Ásia, bancos japoneses como o Fuji, o Mitsubishi e o Tokay já deram início às suas atividades, seja na forma de empréstimos, como ocorreu com o Banco de Crédito da Hungria, seja na modalidade de financiamento às empresas estrangeiras para formação de "joint-ventures" (F. T., 31.1.90 e GM, 1.2.90).

Só a Hungria já conta neste momento (fim do primeiro semestre de 1990) com mais de 300 dessas associações, mas o maior número delas, entretanto, está na União Soviética — o conjunto dos países do Leste Europeu tinha, em dezembro de 1989, mais de 2.500 empresas associadas a capitais ocidentais e japoneses.

As ações não param aí, grandes conglomerados como a Volkswagen, a Basf e a Honeywell acabam de anunciar planos concretos de investimentos na República Democrática da Alemanha e em outros países do Leste.<sup>16</sup> Nos Estados Unidos, foram criados mais de uma dezena de fundos de investimento com o objetivo de cobrir praticamente todos os setores imagináveis da economia, dos bens de capital aos serviços, da irrigação agrícola aos seguros. As dificuldades advindas de fatores econômicos ou políticos parecem não intimidar os investidores, que, a exemplo da Pepsico, inventam formas mais flexíveis e inovadoras para assegurar o êxito de suas iniciativas (Dodsworth & Webb, 1990).

São governos, agências internacionais, capitais financeiros privados, empresas industriais que se lançam, neste momento, na conquista rápida e decidida de um território ainda rico em recursos primários e energéticos, com uma população de 360 milhões de habitantes bem alimentados, com boas condições de saúde e educação e com uma capacidade de produção não desprezível. Isso tudo significa um potencial de consumo que a América Latina não poderia oferecer nem no médio prazo de algumas décadas.

Se a transição do socialismo ao capitalismo puder ser administrada de modo a evitar os conflitos étnicos mais graves e divisões territoriais descontroladas, não há porque duvidar que o Leste Europeu apresentará vantagens enormes para os investimentos não só de capitais ocidentais, mas de qualquer origem.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> A informação do Presidente do Bird, Barber Conable, foi distribuída pelas agências internacionais de notícias em 22.03.90.

<sup>16</sup> Conforme divulgou a AP, a Volkswagen AG declarou, em 23.12.89, o fechamento de um acordo para a criação de uma "joint-venture" com a fábrica Veb Velfa Kombinat, que já entrou em funcionamento. Pelo acordo serão investidos um total de US\$ 231,7 mil.

<sup>17</sup> Segundo noticiou a Interfax, serviço noticioso da Rádio Moscou, em 18.03.90, o Presidente Mikail Gorbachev prepara um plano de 17 pontos a ser submetido ao Soviete Supremo, prevendo radicais transformações na economia da URSS, entre elas, a liberalização dos preços, algumas formas amplas de propriedade privada, mecanismos de convertibilidade monetária, certas garantias e seguro para investimento, etc. Nos demais países do Leste Europeu, as reformas já foram muito mais adiante. No caso da Hungria, o funcionamento pleno de uma economia de mercado é só uma questão de alguns ajustes.

O Presidente François Mitterrand expressa muito bem a percepção dos europeus ocidentais quando fala da grande "Casa Européia", referindo-se, assim, a um espaço que se estende de Gibraltar até para além dos Urais e de Istambul a Reikjavik. Ele sabe que, após o 9 de novembro de 1989<sup>18</sup>, o destino da Europa Ocidental não se cumprirá mais à revelia de seus vizinhos do Oriente. A "perestroika" converteu-se em uma tarefa de todos os europeus, ou melhor, de todo o capitalismo, porque o futuro da Europa agora é um só.<sup>19</sup>

Diante dessa conjuntura, resta muito pouco para a América Latina em termos de uma melhor perspectiva para o seu relacionamento com a CE.<sup>20</sup> Se não fosse por razões objetivas, seriam suficientes as motivações afetivas para que a Comunidade reagisse da forma como vem fazendo diante dos acontecimentos na Europa Oriental. As atenções e os recursos destinados aos países do Leste só são compatíveis com o Plano Marshall, ou seja, não se compara a nada que a América Latina tenha conhecido em qualquer momento de sua história.

A situação dos latino-americanos não seria tão crítica se não tivéssemos de considerar o que parece ser uma tendência cada vez mais nítida da nova configuração que toma a comunidade internacional neste fim de século e de milênio. Referimo-nos, no caso, à estruturação de grandes blocos, conjuntos de países que, a exemplo da Comunidade Européia, buscam estreitar suas relações, especialmente aquelas que permitem uma maior fluidez de capitais, serviços e mercadorias através de suas fronteiras. A cooperação e assistência recíprocas, especialmente no plano econômico, mostram-se agora como a nova forma de relacionamento entre nações que buscam, assim, assegurar suas posições no cenário internacional.

Nesse sentido, já podemos identificar pelo menos três grandes conjuntos de países em franco desenvolvimento. O primeiro deles, e mais evidente, é, sem dúvida, aquele que tem por núcleo a CE, e que, como foi nossa intenção indicar aqui, poderá vir a integrar em seu horizonte tanto os países da AELC como os da Europa Central. Um segundo grupo gravitará em torno dos Estados Unidos, tendo por membros pelo menos o Canadá e, provavelmente, o México. Não nos surpreenderíamos de ver a Inglaterra,

<sup>18</sup> Nove de novembro de 1989 é a data da queda do Muro de Berlim.

<sup>19</sup> O representante do Sistema Monetário Europeu (SME) declarou que não há como fugir das consequências da unificação das duas Alemanhas sobre a União Monetária Européia (UME). A reação mais forte diante do rumo das conversações entre as duas Alemanhas, como era de se esperar, vem de parte do Ministro francês de Economia, Pierre Beregovoy.

<sup>20</sup> No seminário "A Inserção Internacional do Brasil nos Anos 90", realizado no final de março de 1990, em São Paulo, durante o painel sobre "A Emergência de Novos Macromercados e a Posição Brasileira", o Embaixador brasileiro junto à CE em Bruxelas, Geraldo Holanda Cavalcanti, chamou atenção para os prejuízos dos países exportadores com a unificação dos países europeus, entre os quais inclusive o Brasil e os demais latino-americanos. Dentro de uma outra perspectiva, o Economista e Ex-Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Lauro Salvador, entende que os investimentos no Leste Europeu é que trarão grande retração nos interesses dos capitais ocidentais em outras regiões. Nesse sentido, sua observação coincide com as conclusões básicas do recente estudo "Europa-92 e possíveis consequências para o Brasil", realizado por economistas e diplomatas do Itamaraty.

no médio prazo, aderindo a esse grupo, afastando-se assim, definitivamente, do Velho Continente, que lhe parece ser sempre tão incômodo. O terceiro conjunto, sob a liderança do Japão, não reunirá somente os NIC's, Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong e Cingapura, senão que, pelas mais recentes tendências de horizontalização da indústria japonesa e pela forma de expansão de seus capitais em todo extremo da Ásia, poderá incluir ainda as Filipinas, a Indonésia, a Tailândia e a Malásia.

Os países do subcontinente indiano, da Ásia Menor, da África e da América Latina tenderão, ainda por muito tempo, a continuar peregrinando, errantes, entre os espaços estreitos deixados pelos grandes conglomerados econômicos e políticos que serão dominantes na comunidade internacional.

Se a América Latina, talvez mais restritamente a América do Sul, será capaz de reunir vontade e força política suficientes para corrigir o curso de seu destino, isso dependerá, em grande parte, do que venha a acontecer com o Brasil. Mas terá o Brasil condições para superar-se? Essa é uma pergunta para a qual não temos resposta.

Depois de tudo o que dissemos, a conclusão que se impõe é a de que a integração da América Latina, ainda que não seja mais do que a integração da crise, será sempre o melhor caminho no presente e no futuro, talvez mesmo o único que possa conduzi-la a uma superação efetiva do impasse em que se encontra. Isolados, os países latino-americanos não terão condições de se sobrepor a uma ordem internacional que deixa cada vez menos oportunidades de êxito para os mais fracos.

Assumindo agora uma outra perspectiva, para seguir explorando as relações entre a Comunidade Européia e a América Latina, poderíamos perguntar-nos se estaria acontecendo algo que se oponha às tendências descritas até aqui. Felizmente, podemos responder que sim, ainda que as iniciativas, neste momento, sejam bastante tímidas.

Considerando-se as ações institucionais, podemos constatar que, já nos anos 70, a CE estabeleceu os primeiros contatos bilaterais com países latino-americanos; trata-se, sobretudo, de acordos de cooperação comercial e econômica. O Uruguai foi o primeiro a se beneficiar, com um convênio que data de 1973; depois foi a vez do México, em 1975; e, mais tarde, o Brasil, em 1982. Os acordos que privilegiaram a América Central, incluindo o Panamá e o Pacto Andino, datam de 1988. O mais recente protocolo de cooperação foi firmado com a Argentina, em 6 de fevereiro de 1990, momento em que se anunciavam avanços positivos nos entendimentos mantidos com o Chile e com o Paraguai.<sup>21</sup>

Através de mecanismos como esses, a Comunidade tem buscado superar dificuldades presentes nas relações entre as duas regiões. Entretanto, se, em um exercício de análise, tomarmos como exemplo o ano de 1988, constataremos que naquele ano a CE destinou à América Latina algo em torno de 240 milhões de ECUs, a título de cooperação. De um lado, pode parecer um valor significativo, de outro, constatamos,

---

<sup>21</sup> Em 1976/77, a CE firmou acordos comerciais e de cooperação com os países do Magrebe (Tunísia, Argélia e Marrocos) e do Machrek (Egito, Síria, Jovolônia e Líbano) muito mais abrangentes do que aqueles com países latino-americanos. Os acordos com os países do Norte da África foram negociados de forma conjunta para toda a região no caso da América Latina, ao contrário, as negociações sempre foram conduzidas separadamente, para cada país.

contudo, que se trata de algo irrelevante, dadas as necessidades dos países da região. Nesse sentido, ainda que somente 15 milhões de ECUs tenham sido destinados à rubrica de assistência humanitária e que 202 milhões tenham sido classificados como cooperação para o desenvolvimento, é importante salientar que isso não foi suficiente para retirar o forte caráter assistencialista das relações da Comunidade com a América Latina.

Instrumentos de implementação de políticas efetivas, como o European Community International Investment Partners ou o Latin American Network for the Promotion of Investment and Technology (LANPIT), ainda que modestos em suas ações, representam uma significativa mudança nos mecanismos tradicionais que vêm sustentando as relações entre as duas regiões. Os Business Councils, no Brasil e no México, bem como o Business Cooperation Network (BC-NET), que recebem apoio direto da Comunidade, são outros exemplos de que algo está sendo feito, apesar de todas as dificuldades.

No caso brasileiro, podemos observar uma contrapartida singular e relativamente importante nas relações de cooperação com a CE. De um lado, diferentes atores da iniciativa privada vêm buscando conhecer melhor as opções de negócios na Europa. Uma evidência disso são os vários fóruns e seminários de debates sobre a Comunidade promovidos nos últimos meses por iniciativa de instituições como a FIESP, a CIESP, a FCCCE e outras congêneres. De outro lado, as inversões de capitais brasileiros em Portugal, que, segundo o Clube dos Empresários Brasileiros em Lisboa, somaram, em 1989, US\$ 180 milhões, deverão chegar a US\$ 900 milhões em 1990, em uma evidente modificação do que tem sido a cooperação entre a Europa e a América Latina até este momento.

Todos esses dados, no entanto, não são suficientes para definir tendências que possam ser tomadas como duradouras. Todos devemos estar conscientes de que uma nova ordem internacional está em curso e que muitas questões ainda aguardam seus desdobramentos para que no futuro possam adquirir contornos mais definidos. As relações entre a Europa de 1993 e a América Latina esperam ainda por muita imaginação e por muito trabalho para que possam ter um outro significado, diferente daquele que a História lhes emprestou até aqui.

## **Bibliografia**

- BOLETIN EUROSTAT (1986). Bruxelas, / s.ed./ ECONOMIC RELATIONS BETWEEN THE EUROPEAN COMMUNITY AND LATIN AMERICAN: a etatistical profile (1987). Espanha, IRELA. jun. (Working paper, n.10).
- DODSWORTH, T. & WEBB, S. (1990). As opções que se abrem no Leste Europeu. *Gazeta Mercantil*. São Paulo. 2 fev.
- FINANCIAL TIMES (31.1.90). /s.n.t./
- FURTADO, C. (1982). As relações comerciais Europa Ocidental-América Latina. In: STAHL, H. M. org. *Brasil-Europa Ocidental: cooperação e conflito*. Rio de Janeiro, ILDES.

GAZETA MERCANTIL (1.2.90). São Paulo.

KURZINGER (1986). **America Latina y la Comunidad Europea**: reparaciones de los cambios de la economia mundial. Espanha, IRELA. (Documento de trabalho, 3).

MELLO, A. Caetano de (1990). A América Latina e a União Européia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 22 out. p.6. Caderno de Economia.

ROCHA, J. (1989). Comunidad Económica Europea. **Comercio Exterior**. México, Banco Nacional do Comércio, 39(3):144-50.

SELA (1988). Relaciones comerciales entre America Latina y la CEE. **Sintesis**, Revista Documental de Ciências Sociais Iberoamericanas. Caracas, /s.ed./ (4):361-85.

SERVIÇO DE IMPRENSA E INFORMAÇÃO. Delegação para a América Latina da Comissão das Comunidades Européias (1988). **Integração: uma concepção global da sociedade européia**. Santiago do Chile. (Dossier, 13).

TREIN, Franklin (1988). Relaciones comerciales y flujos de capitales entre America Latina y Europa Occidental. Montevideo, /s.ed./ (mimeo).

— (1987). **Verschuldungskrise in Brasilien: dimensionen, ursachen, losungen**, munster. /s.n.t./ (mimeo).

## **Abstract**

The European Community in the end of 1992 will have achieved another important step of its integration. The increasingly tight cooperation among the Western European countries contrast with its crescent distance from the Latin American countries. The parameters that gauge the relation between the two regions, especially the economic ones, show this in an incontestable way. The process of the European integration, which aims today to the European Free Trade Association countries, will have now to include the conversion process of the Eastern Europe in free market economy. Thus, the EC attention to the Third World, which were previously focused to the countries of the Lomé Conventions, will be increasingly deviated from Latin America.